



Diferenças e continuidades na política: uma análise a partir da cozinha e da comida no quilombo do Pratigi (BA)

Fábio Júnior da Luz Barros¹

Resumo

O presente texto propõe estudar as relações políticas feitas no âmbito da cozinha na comunidade quilombola do Pratigi, situada no município de Camamu, Baixo Sul da Bahia. O objetivo é buscar entender as diferenças e continuidades no jeito de “fazer política” na e através da cozinha e da comida, comparando dois períodos separados por vinte anos - 2000 a 2020. A escrita deste trabalho foi baseada em formas distintas de observação. Uma delas consistiu em idas a campo ao longo de um ano, para composição da minha dissertação, entre 2019 a 2020. A outra consistiu em resgatar, em minha própria memória, sendo eu “nativo” do Pratigi, os causos e as histórias a respeito do “fazer política” no quilombo. Comparando esses dois momentos, procuro mostrar como o modo de fazer política através da comida e/ou da/na cozinha adquiriram particularidades diferentes na comunidade quilombola do Pratigi, entre os anos de 2000 a 2020, sem deixar de notar ao mesmo tempo algumas continuidades. Ao longo do texto veremos dois casos, primeiro, como minha mãe que aparentemente apresentava ser uma antagonista política, na verdade não era e, segundo, como Walnei (cabo eleitoral) aprendeu a “fazer política” com a sua mãe Valentina. Logo o “fazer política”, as mulheres e a cozinha estão relacionadas no Pratigi.

Palavras-chave: Quilombo, Política, Camamu, Pratigi, Cozinha.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Estado e Sociedade – PPGES da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), mestre pelo mesmo programa; Especialista em Ensino Fundamental II e Ensino Médio; Bacharel em Geografia pela UESC, licenciado em Geografia pela - UNOPAR. E-mail: fabiodebarros02@hotmail.com

Introdução

O presente texto foi redigido tendo como base minhas experiências de pesquisa em campo na comunidade quilombola do Pratigi, localizada no município de Camamu, Baixo Sul da Bahia (ver mapa 1), entre os anos de 2019 a 2020, quando fui realizar a pesquisa de campo para a escrita da minha dissertação de mestrado, apresentada no Programa de Pós-Graduação Estado e Sociedade (PPGES), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). A pesquisa da dissertação teve como objetivo compreender o que constitui o povo do Pratigi. O que faz os pratigienses serem o que eles são e o que os mantém sendo o que eles são? Na dissertação, argumento que todas as diferentes práticas narrativas ocorridas no território do Pratigi são constituidoras do povo à medida que significam e ressignificam o território (Barros, 2021).

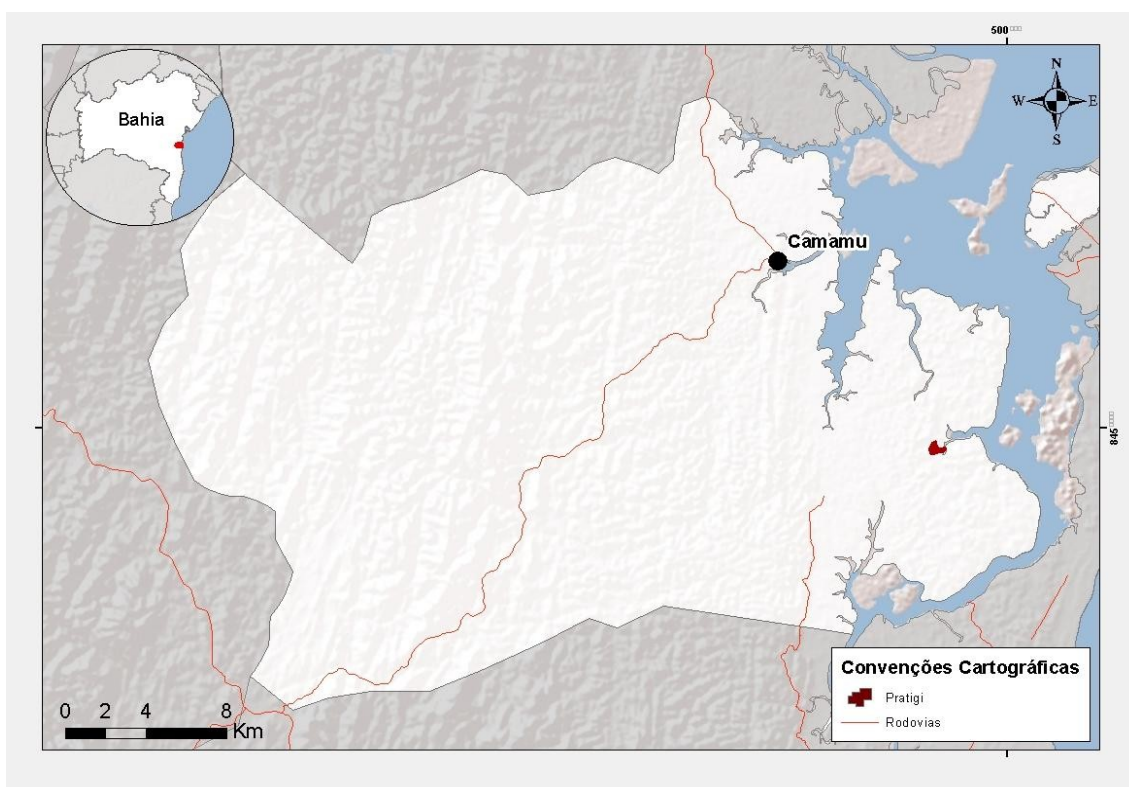


Figura 1: Localização da Comunidade quilombola do Pratigi.

Fonte: Barros (2021)

No caso desse texto, parto da relação entre cozinha e comida, que a meu ver são pontos sensíveis no que tange às relações “da política” no quilombo. Essas duas palavras de certo modo definem o fazer política no Pratigi. Oferecer a cozinha e a comida a determinadas pessoas e autoridades, por exemplo, define como são vistas determinadas famílias pela comunidade em geral.

Partindo do exposto acima, o objetivo deste trabalho se atém a analisar como o modo de fazer política através da comida e/ou da/na cozinha adquiriram particularidades diferentes na comunidade quilombola do Pratigi, entre os anos de 2000 a 2020, buscando observar ao mesmo tempo algumas continuidades. A presente pesquisa teve como base uma retomada pessoal da memória sobre o modo de fazer política no Pratigi entre os anos de 2000 a 2020, período em que, a meu ver, ocorreu “uma diferença” ou uma certa descontinuidade com relação ao modo de fazer política no Pratigi.

Narrarei esses fatos e experiências antropológicas pela perspectiva de um olhar nativo, mas ao mesmo tempo treinado nas ciências humanas e na leitura antropológica. A partir de duas práticas do “fazer política” no Pratigi, a primeira com relação ao meu pai nos anos 2000, quando ele era um trabalhador rural, pescador e, sua esposa Maria Raimunda dona de casa e marisqueira e, moravam com eles três filhos de oito: Roberto, Célio e eu. Nós morávamos no local que meu pai e mãe chamava de roça e, na verdade, essa categoria significava pra eles um sitio onde nos plantávamos mandioca, batata, aipim², laranjeiras, limoeiros, cacauzeiros, pimenteiras, ou seja, o local que eles tinham terra para trabalhar no plantio e na colheita, significava trabalho, plantio e colheita de alimentos. Para sede do Pratigi íamos somente fins de semana, feriado e época de festa ou senão quando meu pai combinava de encontrar algum político, que geralmente era Zequinha. As qualidades que meu pai nutria era de um homem seria e respeitador.

O segundo caso é relacionado a Walnei, homem de uns 50 anos, primo do meu pai, hoje é casado com Mirian, nativa de uma comunidade próxima chamada Outeiro com quem tem dois filhos, Yarlei e João. Walnei foi para o Rio de Janeiro ainda jovem trabalhar, retornando no início da década de 2010 ao Pratigi após a morte da sua mãe

² Nesse aspecto entre mandioca e aipim, existe um certo regionalismo com relação ao significado da palavra. Para os pratigienses a mandioca tem que passar por um processo de plantio, arrancar, descascar, ralar a moto, empresar para sair a água, peneirar, zazamento (esquentar a massa na arguida de cobre) e depois torrar para virar farinha. O aipim ele passa pelo plantio, arranchamento, descascamento e cozinhamento para se alimentar.

Valentina. No início de década Zequinha “desapareceu” politicamente da região do Pratigi e abriu brecha para entrada da líder Iona Queiroz. Nesse interim Walnei se colocou como cabo eleitoral de Iona no Pratigi. As qualidades que os pratigienses nutrem por walney é que ele é uma pessoa amiga, prestativa, camarada e, isso, de acordo com os nativos soa de muito valor, ou seja, são qualidades de um bom cabo eleitoral atualmente. Logo, parto desse dois pontos para escrita desse texto, observo novamente que terei como fio condutor dessa pesquisa a cozinha e a comida.

Eu coloquei essas qualidades de meu pai e de Walnei, porque na época do meu pai não existia um cabo eleitoral tradicional, ou seja, uma pessoa que representa a comunidade perante o poder público municipal, mas sim, homens ou mulheres que conversavam com os políticos em suas casas. A qualidade dessas pessoas eram, sérias e respeitadas. Sério e respeitado, quer dizer, ser casado, não estar em festas corriqueiramente, não ocorrer conversas paralelas com seus nomes na comunidade, respeitar as mulheres, as crianças, os mais velhos e ser trabalhador perante os olhos da comunidade. Hoje, existe um cabo eleitoral tradicional e, essa pessoa não precisa ser seria e com as qualidades que coloquei acima, mas deve ser respeitador, ou seja, respeitar as mulheres, os mais velhos, as crianças. Mas ele deve ser também comunicativo, prestativo e está em torneios de futebol, festas, isto é, em quase todos os movimentos festivos que ocorrem na comunidade e região, onde ele possa estar representando seu candidato.

Seguindo Carneiro (2013), vejo a casa, e principalmente a cozinha, como um local de circulação de informação, de conversas e de aprendizado, esse intermédio se dá pela hospitalidade de quem recebe. Essas conversas que ocorrem dentro das casas, sobretudo enquanto se alimentam na cozinha, como trago neste ensaio, servem de eixo para sustentar os “interesses” da comunidade com relação aos políticos, “ a grande política”, conforme [Bezerra, 1999], ou “a política”, nos termos dos pratigienses. Os políticos profissionais³, são pessoas de fora da comunidade, pertencentes a agrupamentos e relações baseadas em outras filosofias, outras ideologias, porém, na busca de certos interesses e respeito similares aos interesses da “pequena política”, representada pelos nativos. Os pratigienses que não são políticos profissionais também se inserem nesse “jogo da política”, cedendo o lar para que candidatos e seus representantes possam angariar relações de respeito e interesses coletivos e individuais.

³ Ver: Chaves, 2003.

Explicarei melhor, Valentina era uma mulher, filha de Anjo Barros e Santa M. Barros que tomava conta do Santo Antônio. Essa mulher foi uma das primeiras pessoas a começar a fazer esse jogo político, entre a pequena e grande política, na comunidade, visto que ela era respeitada perante a comunidade por ser filha dos fundadores, não está em festa, ser casada, respeitadora e, sobretudo tomar conta do Santo Antônio e da igreja. O que eu quero dizer é que os políticos profissionais perceberam que ir à casa de Valentina naquela época era ganhar prestígio perante a comunidade e, Valentina percebeu que levar esses políticos a sua casa também lhe rendia prestígio perante a comunidade.

Mas há um terceiro ponto, as políticas que ocorrem na cozinha surtem efeitos em outros espaços não somente nas “políticas” que se estanca em respeitos individuais, ela se expande para algo mais amplo que são os interesses coletivo. Um exemplo do Pratigi, meus parentes me falaram que a escola foi feita e a luz elétrica colocada no início da década de 1990, porque a família Barros era respeitada na região, ou seja, a “pequena política” se expandiu para “a grande política”.

Seguindo o proposto por Bezerra (1999), “a grande política” este autor a define como a política feita no âmbito do sistema partidário eleitoral, com vistas ao governo das esferas políticas do Estado. A “pequena política” é aquela feita nas comunidades, nas associações, nas relações ali construídas, essa chamada Bezerra (1999) de “política tradicional”.

Sobre como fazer política no Pratigi explicarei a partir de um exemplo. Adilson, um jovem comerciante do Pratigi um certo dia durante a minha pesquisa para a escrita da dissertação de mestrado, entre 2019 a 2020, ele me falou que tinha dois primos nosso brigando porquê de política e me respondeu que nunca brigaria com um primo porque daquelas porqueira (a política). Para as eleições municipais de 2024, ele apoia um candidato e odeio um outro a ponto de ficar chateado quando falam bem do candidato que ele não apoia. A questão em foco aqui é o seguinte, a política no quilombo do Pratigi se constitui em relações que os pratigienses qualificam de quem *tem moral* ou não. *Ter moral* é conseguir fazer boas relações, tanto dentro da comunidade quanto com os políticos profissionais ao longo dos quatro anos, momentos que está fora do processo eleitoral. Com a comunidade é necessário ser comunicativo, está presente em momentos festivos e em momentos tristes como funerais. *Ter moral* com o candidato consiste em está conversando, trazendo o candidato na sua residência, indo na casa do candidato na

sede municipal, falando com ela na rua da sede de Camamu, ou seja, *se tornar conhecido* na sede do município pelos políticos profissionais. O problema é que a comunidade é pequena, então são poucos que conseguem esse tipo de relação, quem não consegue entrar nesse jogo ou se coliga ao cabo já escolhido ou se torna apartidário naquele momento. Foi o caso de Adilson.

Em se tratando de comida e cozinha, automaticamente nós pratigienses associamos essas palavras às mulheres; quando se fala na “política”, por sua vez, pensamos nos homens. A pergunta é: por que a sociedade mostra pistas contra a politização da mulher da zona rural, acusando-as de não saberem lidar com essa política partidária? Heredia e Palmeiras (2010) argumentam que esta última é vista pelos/as eleitores/as como sendo de fora e pública, por isso se faz masculina, mas os próprios autores ressaltam que isso não impede as mulheres de falarem de política quando estão em certos locais nos quais se sentem à vontade, por exemplo dentro de suas casas ou nas casas vizinhas. Como veremos, no Pratigi o debate político também gira em torno da mulher, assim como também ela faz o debate girar. Portanto, proponho rever essa relação entre a política, a cozinha e a comida para entendermos melhor as relações que ocorrem tanto na “pequena” quanto na “grande política” brasileira, principalmente, com relação à questão da mulher rural e quilombola. Essas articulações entre mulheres, cozinhas e políticas se mantêm como linha de continuidade junto às transformações ocorridas no intervalo de tempo que propus abordar.

Para o propósito delineado, trago duas experiências de campo: a primeira, na década de 2000, se realizou quando estava na pré-adolescência e adolescência e morava com meus pais no quilombo do Pratigi. Naquela época, existia um político que era uma liderança municipal chamado Zequinha da Mata. Todos os pratigienses o admiravam porque, segundo eles, Zequinha não se “*jurgava*”. Esta expressão dá a entender ele “comia de tudo”. Esse político sempre ia para as cozinhas das casas e comia os peixes assados do fumeiro, etc. era muito querido por isso.

Peixe assado no fumeiro, é uma técnica utilizada, principalmente naquela época que os pratigienses não tinham geladeira. Consiste em limpar o peixe e colocar no fumeiro⁴ para que ele possa, através da fumaça e do calor secar, o que é chamado de defumação. Esse tipo de peixe ainda hoje é apreciado no quilombo. Gostamos de comê-los fazendo

⁴ A descrição de fumeiro está na seção intitulada: “na casa do meu pai”.

moquecas ao leite de coco, com farofa de dendê ou cozido na água e sal com várias verduras. Esse tipo de peixe fica com o gosto mais forte para quem nunca experimentou, porque ele passa quase uma semana recebendo a incidência da fumaça no fumeiro.

A segunda experiência de campo ocorreu quando fui fazer um estudo etnográfico no Pratigi, entre os anos de 2019 a 2020, para realizar a pesquisa de mestrado. Nesse momento, notei que o modo de “fazer política” através da cozinha havia mudado, ao menos em um aspecto. Diferente do que ocorria antes, os almoços agora eram planejados, oferecendo moquecas de caranguejo, de camarão, “galinha terra”. Esses tipos de comida é, na verdade corriqueiro para os nativos do Pratigi, mas eles imaginam que sejam pouca acessíveis as pessoas de outros locais, sobretudo da cidade, por isso eles oferecem esse tipo de comida aos candidatos.

O presente texto divide-se em três partes. A primeira trata da questão da “escrita nativa”, mostrando como, por muitos motivos, escrever sendo “nativo” é um problema estrutural e psicológico. Na segunda seção, escrevo sobre a memória e a política nos anos 2000 a 2010, momento em que eu ainda morava na comunidade, Na terceira e última seção, o período entre 2010 a 2020 é abordado com base nas impressões de um “pesquisador nativo”. Analisar o espaço social da cozinha a partir desses dois recortes temporais foi fundamental para entender as redes de relações e valores existentes ali, uma vez que elas só se fazem visíveis através do tempo.

O que dá a entender, mas não é uma objetividade ou uma conclusão é que essas mudanças estão atreladas, entre outras coisas, a redistribuição de renda, como à bolsa família, Seguro defeso da Pesca Artesanal, maior inserção de pessoas na Aposentadoria Rural, como também, acesso ao trabalho e a renda, além disso, a volta de alguns nativos das grandes cidades brasileira trazendo com eles outras visões de mundo. Isso são apontamentos para uma das possíveis causas das discontinuidades da política nessas duas décadas na comunidade quilombola do Pratigi.

Na casa do meu pai: a política e a comida nos anos 2000

Os quilombolas da comunidade do Pratigi desde de sua fundação⁵ – há mais de um século mantiveram relações com os políticos partidários local. Isso ocorria e ainda ocorre principalmente através da festa dedicada ao padroeiro do Pratigi, o Santo Antônio, que é organizada por determinadas mulheres da comunidade. Porém, nesta seção vou me ater às relações políticas consolidadas a partir dos anos 2000, quando ascendeu um líder político partidário em Camamu de nome Zequinha da Mata, conhecido por todos como Zequinha. Ele era empresário, branco, de família relativamente prestigiada em Camamu e, naquela época, já tinha cumprido dois mandatos na legislatura camamuense como vereador e em 2004 se elegeu prefeito de Camamu-BA.

Quando eu era pré-adolescente, em certos momentos do ano, por exemplo, nos momentos festivos, nas épocas das campanhas eleitorais municipais, sempre contávamos com a presença de Zequinha da Mata, homem gordo, média estatura, branco e bigodudo. Na época da festa, quando ele chegava na comunidade, a primeira coisa que ele fazia era se deslocar para igreja, ir para a missa. Após a missa, como todos sabíamos, ele ia, geralmente, para a casa da tia Valentia. Essa mulher era quem, na época, tomava conta da igreja. Lá ele almoçava, comia, bebia e, conseqüentemente, conversavam sobre problemas pessoais e da comunidade, penso eu.

Após essa visita à casa de Valentina (ver foto 1), ou às vezes antes, outros pratigienses ficavam nas suas casas em uma espécie de espera para conversar com Zequinha em particular.

⁵ A comunidade quilombola do Pratigi foi fundada em 1908 pela família Barros. Os fundadores foram: Maria dos Santos Faustino Barros, Anjo Barros e sua esposa Santa M. Barros. Eles fundaram essa comunidade após um longo processo de caminhada, expulsão e mortes no litoral Sul da Bahia. Mais informações ver a dissertação de Barros (2021) que está na bibliografia.



Figura 2: Valentina Barros
Fonte: Acervo familiar (2023)

A mulher nessa foto acima é a tia Valentina, filha dos fundadores da comunidade quilombola do Pratigi e também quem, até o final da década de 2000, tomava conta da igreja e do Santo padroeiro do Pratigi, Santo Antônio. Hoje já falecida, é a mãe de Criança, o atual cabo eleitoral da candidata Ioná Queiroz (PT) para a prefeitura na campanha de 2024. O filho de Valentina, como veremos no desenrolar desse ensaio, foi muito importante para a continuidade e o aperfeiçoamento da “política” que sua mãe fazia dentro de casa.

Valentina foi uma das primeiras mulheres, seja na época da ditadura civil-militar do Brasil ou na redemocratização brasileira, a trazer “a política da igreja” para a sua casa, o que vejo como uma espécie de política pública-privada que constitui um fazer característico na comunidade do Pratigi. É aquele tipo de política que se inicia num primeiro encontro na igreja entre a nativa que toma conta da igreja e o político partidário,

que depois, geralmente, as mulheres chamam o prefeito para almoçar nas suas casas. Nisso, seu esposo e filhos já estão à espera para conversar sobre diversos assuntos, por exemplo: emprego para eles ou para os filhos, transporte escolar, a situação da escola, do posto de saúde, entre outros como temas prosaicos, mas, naquele momento de fato está rolando o encontro entre a “grande política” representada pelo político e a “pequena política” representada pelos e pelas pratigienses. O mais importante a se notar é que esses encontros ocorrem quase sempre no aconchego da cozinha, com todos e todas bebendo e comendo, enquanto a dona da casa oferece e compartilha. Isso ocorreu e ocorre muito no Pratigi.

Ao chegar na minha casa, Zequinha ia direto para cozinha, lá geralmente, meu pai Antônio Barros servia licor de jenipapo, conhaque ou café para ele e para a comitiva que ia com ele. Geralmente esta era formada pelos secretários e parte da sua família: irmã, sobrinhas, primas, etc. Minha mãe Maria Raimunda ficava ali sempre para aparentemente apenas auxiliar nas tarefas, como, pegar uma água, um café, mas também lembrar certos pedidos ou reclamações esquecidas ou completar certas demandas. Isso, às vezes, dava a impressão de que meu pai também estava ali para completar certas conversas que minha mãe iniciava, porque mesmo com as poucas palavras proferidas por ela, Zequinha lhe dava uma certa atenção e, assim, meu pai era forçado a seguir, em certos momentos, por outra linha de raciocínio relacionado ao que minha mãe falava.

Essas conversas, como apontei, eram desenvolvidas nas cozinhas. Ao chegar nesse cômodo da casa, Zequinha em especial tinha uma marca, que é consagrada até hoje no Pratigi. Ele tinha “a fama de comer de tudo e não se julgava”. Muitas vezes, eu o presenciei ir até o fumeiro da minha casa e comer os alimentos que estavam sendo defumados, como pequenos peixes: carapebas, dendões, avoadores, camurus, pinimas, todos vindos da pesca com redinhas. Essas redinhas são usadas, até hoje, no pescar do camarão. As carnes que estavam expostas nesse fumeiro, eram provindas de caça, como: tatus, pacas, quatis, papa-méis, etc., mas também tinha carnes suína e bovina. O fumeiro é uma base de madeira entrelaçada com arame que fica acima do fogão a lenha e, ali as pessoas colocam peixe e carne para defumar através do calor e da fumaça. Esses fumeiros, na época tinha grande serventia, porque era através dele, visto que poucas pessoas tinham condições econômicas para ter uma geladeira, que se conservava os alimentos, hoje essa tecnologia na comunidade é tida como atrasada e não moderna.

Todos os alimentos citados acima ele comia, às vezes ele mesmo pegava o peixe ou a carne do fumeiro, além disso, destampava as panelas, e ele mesmo se servia do que as pessoas tinham disponíveis para sua alimentação naquele momento. Isso não o qualificava, perante a comunidade como desrespeitoso, mas sim, lhe garantia admiração e respeito, às pessoas, por esse jeito dele se comportar, achavam ele um “prefeito camarada”, não se julgava e nem tinha nojo das casas: comia de tudo, isso lhe rendia respeito. Esse é o famoso “bom político” no Pratigi.

Durante as conversas na casa do meu pai, eu o ouvia dizendo a Zequinha que ele e a família estava com ele, mas que Zequinha olhasse bem por ele. Tentarei replicar o que ouvia e via naqueles episódios. Quando chegou o momento da despedida meu pai apertava a mão e batia nas costas de Zequinha e dizia o seguinte em forma de graça “Tamo conversando, né? Não se esqueça de mim, o meu voto vai ser seu, não suma não e quando você ganhar vou na sua casa”.

A ajuda a que meu pai se referia, que aparece no parágrafo anterior estava relacionada com, por exemplo: quando houvesse a necessidade de ir ao médico, fazer exame, servir como fiador para comprar móveis e eletrodomésticos nas lojas e, também no momento da aposentadoria, o prefeito se compromete a resolver⁶. Observo que, no momento de pedir obras, consertos em geral para a comunidade, isso era feito, geralmente, em reuniões do prefeito ou candidato com todas as pessoas da comunidade.

Meu pai sempre votou em Zequinha, apesar desse candidato representar a direita na região. Como coloca Chaves (2003) e Perutti (2015), de certa forma, no interior a política é feita através de pontos personalistas, das famílias, das amizades, etc. Por esse viés, um certo dia, minha mãe tinha que passar por um processo cirúrgico, então meu pai foi falar com Zequinha, o então prefeito de Camamu. Nesse momento Zequinha facilitou certas brechas dentro da burocracia do poder público, como: a marcação de médico para solicitação de exames pré-cirurgia e pós cirurgia, liberou o carro particular dele e o motorista da prefeitura para ir buscar minha mãe na cidade em que foi feita a cirurgia, Valença-BA, em torno de 100 quilômetros de Camamu. Depois desse fato, meu pai falava que Zequinha era bom prefeito, que cuidou bem de mãe, que deu carro e motorista.

⁶ Nessa época a comunidade era muito pobre e as pessoas não tinham poder de compra e, sobretudo, eram estigmatizadas, por isso a necessidade de certos pedidos, mas alguns desses pedidos, pelo que observei em campo, ainda continuam. Na conclusão deste ensaio falarei sobre.

Lembro de meu pai falando para algumas pessoas que Zequinha era um bom prefeito porque, se a pessoa o tratasse bem, votasse nele e *honrasse com a palavra, ele ajudava*, que ele deu um carro e o seu motorista particular para ir buscar a mulher após fazer a cirurgia. No final ele sempre pergunta ao interlocutor: que prefeito faz isso?

A literatura nos mostra que todo esse processo foi bancado pelo Estado, ou seja, se no coronelismo, segundo Leal (2012), os coronéis, teoricamente falidos, mas com influência porque tinha terras, se aproveitavam do poder público para se manterem politicamente, economicamente e socialmente, no caso de Zequinha, ele utilizava a estrutura do estado para manter o prestígio e o respeito e, assim, ganhar os votos da família e da comunidade.

Agora irei descrever como essas políticas foram traçadas a partir do ano de 2010. Nesse momento eu já havia saído da comunidade para estudar o curso Geografia Bacharelado na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, na cidade de Ilhéus –BA. Em 2019-2020, voltei à comunidade para realizar minha pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade – PPGES, na Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, com o tema festa, política e memória. É desse intervalo que falarei a seguir, mas acho muito importante colocar um breve resumo do que aconteceu politicamente no município de Camamu-BA entre os anos de 2010 a 2020, para contextualizar o processo.

A política no Pratigi dos anos de 2010 a 2020

No final dos anos de 2010, surgiu uma outra liderança política no município de Camamu de nome Ioná Queiroz (Partido dos Trabalhadores). Aqui é necessário traçar um breve contexto da época para entender essa chegada dela ao poder municipal. Essa liderança surge, assim como várias outras no território do Baixo Sul, influenciada pelos mandatos, entre 2002 a 2010, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à frente do executivo brasileiro. Aliás, nas cidades vizinhas, como Ituberá, Maraú, Itacaré, entre outras, mesmo os candidatos a prefeita ou prefeito que não eram filiados ao PT usaram a imagem de Lula na campanha eleitoral.

Ioná Queirz vem de uma das famílias tradicionais do município de Camamu, os Queiroz. Os pais dela eram donos de empresa de fabricação de café. Com base nessa situação econômica ela se foi jovem para Salvador, a capital baiana e se formou em

economia e logo em seguida começou a trabalhar na Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, uma autarquia ligada ao governo do Estado da Bahia, a partir dessa estadia em Salvador ela começa a fazer relações com pessoas ligadas aos políticos que estavam no poder no estado da Bahia. Isso se intensifica mais a partir de 2006 quando Jaques Wagner (PT) desbanca o carlismo, ganhando de Paulo Souto e se tornando governador do estado da Bahia. Foi através dessas confluências de fatos históricos e relações que Ioná Queiroz chegou a prefeitura de Camamu em 2008 e depois em 2012⁷.

Na campanha eleitoral, Ioná Queiroz, assim como outros e outras candidatas, chegavam no Pratigi nas primeiras horas do dia para beber café nas casas. A família dela era conhecida da família Barros e vice-versa há muito tempo, um dos pontos dessa relação era que meu tio Miguel Barros trabalhava na empresa do pai de Iona torrando café. Mas a escolha de ser cabo é mais influenciada pelo tipo de relação pessoa entre a pessoa interessado e o político profissional. Visto que o cabo tem que ter algumas qualidades, como ser respeitado e, sobretudo, “ser conhecida”, ou seja, ter boas relações de amizade na região. E ela escolheu bem. Escolheu um homem chamado Walney, que todos conhecem como Criança na comunidade, então, aqui o chamarei assim, Criança. Criança, apesar do apelido é um homem, neto dos fundadores do Pratigi, Anjo Barros e Santa Barros e, portanto, meu primo. Além disso, ele é muito querido no Pratigi, tem boas relações de amizade, seja no centro de Camamu, no centro do Pratigi ou na região da comunidade.

A relação com Criança foi traçada da seguinte forma: os outros candidatos já tinham seus representantes dentro da comunidade, mas Iona vinha chegando no município com a sua primeira candidatura e, Criança também estava regressando da sua longa estadia no Rio de Janeiro. Então Criança foi conversar com ela, por intermédio de Nite, um cabo eleitoral da região. Nessa conversa Criança expôs o que ele queria e ela também⁸. Entraram em acordo e ele se tornou cabo eleitoral da campanha de Iona na comunidade.

Na época em que cheguei para fazer a pesquisa, de 2019 a 2020, Criança já estava oficializado como cabo eleitoral dela na comunidade. Em uma das nossas conversas, ele me falou que para ser um bom cabo eleitora tem *que ter moral com o prefeito*, ou seja, para

⁷ Para entender melhor esse processo em Camamu-BA, ler a dissertação de: Barros (2021) disponível na bibliografia abaixo.

⁸ Extrair essa conversa do interlocutor é muito difícil devido esses acertos serem de interesses, na maioria das vezes, próprio, por exemplo: acertos de cargos, essas coisas que ninguém quer expor. Portanto, não tenho muitos detalhes.

articular a política na comunidade ele tem que *ter confiança* na prefeita (o) e o político nele. Mas esse *ter moral* vai além disso, por exemplo, quando uma pessoa (nativa) quer fazer relações com algum político, existe um processo que é o oposto do que ocorria nos anos 2000, quando o político chegava e comia alimentos de pouco prestígio na comunidade da época, como: carne de pássaro assado no fumeiro, camarão seco, carne de caça na maioria das vezes, o político ia até o Pratigi devido à má qualidade da estrada, pouco poder aquisitivo, etc., hoje esse processo se modificou. Deixo evidente que esse alimento não era o valorizado na época na comunidade, mas era o que a maioria comia devido seu poder econômico.

O aspirante a cabo eleitoral ou como eles chamam apoiador de fulano de tal, assim me diziam as pessoas no Pratigi, falavam, lógico, de outras pessoas nunca deles próprios, que para agradar os cabos pegam camarões grandes, robalos (peixe), guaiamuns grandes, galinha terra, ovos, etc.⁹ Em seguida, o aspirante a cabo, sozinho, saindo do Pratigi leva os presentes para a, geralmente a sede de do município de Camamu, onde fica a casa da candidata ou candidato a prefeita (o). A ideia é chegar cedo para tomar café na casa do prefeito ou aspirante a tal com ela ou ele a mesa, para desse modo, conversarem. É nesse ponto que, segundo os pratigienses, ocorre o convite para a candidata ou candidato vir ao Pratigi almoçar na casa do cabo eleitoral.

Observo que essa figura de cabo eleitoral, no Pratigi, só começa a aparecer a partir de 2010, antes dessa data os candidatos iam nas casas e conversavam com as famílias e, lá ocorria os acordos de apoio, mas a partir de 2010 os candidatos e candidatas começam com a ideia de colocar um representante dentro da comunidade. Esse representante, geralmente será o administrador da comunidade e quem organizará a principal festa da profana da comunidade.

No dia estipulado o prefeito ou candidato (a) chega e vai direto para a casa da pessoa que o convidou, geralmente chefes de família. Conforme descrevem Heredia e Palmeira (2010, p. 11) sobre outras localidades no interior do Brasil, no Pratigi também isso produz “prestígio aos olhos da comunidade, gerando uma certa disputa entre os pais de família, que contabilizam o número de visita de candidatos recebido”. Por outro lado, a visita também atribui prestígio ao político, visto que está sendo recebido na comunidade por uma pessoa, geralmente *amiga e bem aceita* por todos naquela região. Essa comitiva

⁹ Citei vários, mas pode ser um item ou dois desses.

chega na casa de um pratigiense, come galinha terra, raízes, camarão, guaiamum e ainda bebem cerveja,

Além disso, todos aqueles processos que narrei na seção “Na casa do meu pai” sobre *ajudas e necessidades*, como ir ao médico, fazer exame, servir como fiador para comprar móveis e eletrodomésticos nas lojas e também no momento da aposentadoria. Isso ainda ocorria, entre os anos de 2019 a 2020.

Conclusão

Existem relações entre a política partidária, a cozinha e a comida na comunidade quilombola do Pratigi e, as diferenças e continuidades comparando esses dois períodos separados por vinte anos (2000 a 2020) aparecem nesse escrito. Parto da ideia que a política, seja na zona rural ou urbana, seja na “pequena ou grande política” ela se modifica, porque todo o mundo sensível está em mudanças, isso não é diferente na comunidade quilombola do Pratigi (BA). Observo, que uma das mudanças na política dessa comunidade veio através da cozinha e da comida. Vejamos!

As comidas de que os políticos se alimentavam entre os anos de 2000 a 2010, como peixes pequenos assados, carne assada de caça e de pássaros, hoje não servem mais aos políticos e eles não as comem mais, eles comiam esse tipo de comida devido a certo nível de poder econômico, que eles não podiam comprar outros tipos de alimento. Até cerca do ano de 2010 os políticos iam na comunidade entravam nas casa, iam para a cozinha, pegavam os alimentos que estavam no fumeiro, destampavam as panelas, hoje essas práticas não ocorrem mais.

Hoje, em algumas casas da comunidade do Pratigi existem duas cozinhas, uma de receber as visitas onde tem todos os eletrodomésticos e, a parte existe outro tipo de cozinha onde se encontra o fogão a lenha e o fumeiro. Essa, vamos chamar de cozinha alternativa, é apartada da casa principal devido a fumaça proveniente da queima da lenha que é utilizada para manter o fogo aceso. Ou seja, o fumeiro fica em uma parte da casa não prestigiada, portanto, não é necessário o convidado ir até esse local da casa. Geralmente quando o candidato chega na casa já está tudo pronto para ser servido e, se caso precise ir nessa parte da casa, a cozinha alternativa, é a dona da casa que faz esse trânsito, devido a fumaça e o cheiro que fica na roupa, então os pratigienses não acha legal as visitas irem até essa parte da casa.

Hoje, as relações são feitas com certas comidas, que os nativos acham que as pessoas que não são da comunidade ao se alimentarem se acharão prestigiadas. Sendo assim, eles planejam os almoços oferecendo moquecas de caranguejo, de camarão, “galinha terra”, etc., isso rende respeito e prestígio aos olhos do candidato e, conseqüentemente prestígio ao anfitrião na comunidade.

Referências

BARROS, F.J.L. **Memória, festa de Santo, território e alianças políticas**: Uma etnografia do quilombo do Pratigi (BA). Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), 2021. 188p. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade). Universidade Federal do Sul da Bahia.

Bezerra, Marcos Otávio. **Em nome das "bases"**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CARNEIRO, Ana. **Os rumos da prosa**: parentes chegados, primos cunhados. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 44, n. 2, jul/dez, p. 196-215, 2013.

CHAVES, Christine de Alencar. **Festas da política**: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/ MG). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PALMEIRA, M; HEREDIA, Beatriz, M, de. **Política Ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2010.

PERUTTI, Daniela. **Tecer amizade, habitar o deserto**: uma etnografia do quilombo dos Magalhães (GO). Universidade de São Paulo (USP), 2015. 266p. Tese (Doutorado Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade de São Paulo (USP).